



# IDOSO

## //NOTÍCIAS DA IMPRENSA

### 70% dos idosos estão insatisfeitos com próprio corpo; autoimagem influi na saúde

Quanto pior a pessoa se enxerga, menos se cuida; autoimagem ruim está ligada a estereótipos negativos ligados à velhice.

Fonte: IG – Maria Fernanda Ziegler – 30/04/2014



Thinkstock/Getty Images - Insatisfação com a imagem tem relação com a falta de cuidado com a saúde

É tudo uma questão de como a pessoa se vê. O tempo passa, a idade avança, o corpo muda e as rugas aparecem. A noção de ancião com muita experiência passa longe do contexto e logo aquele jovem independente se torna um idoso que morre de medo de dar trabalho para os outros. Não se trata apenas de vaidade, estudos mostram que quanto pior a percepção da autoimagem, pior é o cuidado do idoso com saúde, alimentação, socialização e atividade física. Basicamente, menos longeva a pessoa será.

Um estudo realizado nos Estados Unidos com 338 homens e 322 mulheres mostrou que aqueles que tinham autopercepção mais positiva do envelhecimento, sem ligar a velhice à decadência física, por exemplo, tiveram maior sobrevida ao longo de 23 anos de observação.

No Brasil, a geriatra Laura Mariano da Rocha analisou a autoimagem e a autoestima de pessoas com mais de 60 anos em Porto Alegre e constatou que 70% dos pesquisados tinham alguma insatisfação corporal. Os homens queriam estar mais fortes e as mulheres, mais magras. Mais do que isso, ela concluiu que aqueles que se compreendiam como envelhecendo mal, tinham uma percepção ruim da saúde e da imagem corporal.

“A questão é que, quanto pior esta percepção, pior é o cuidado com a saúde, com o uso das medicações, com a atividade física. Pior é o envelhecimento”, diz. Para a geriatra, é preciso que os próprios idosos entendam que envelhecer é um processo que faz parte da vida. “Você sabia que a maioria dos idosos de Porto Alegre faz apenas uma refeição por dia? Seja porque não tem companhia, seja porque não tem autonomia para cozinhar.”



Prezado(a),  
para preservar as informações contidas no periódico,  
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

### ÍNDICE

#### IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.05
Notícias do Legislativo	fl.06

#### PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.06
Notícias do Judiciário	fl.10
Notícias do Legislativo	fl.11

### EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das  
Promotorias de Justiça de Proteção  
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar  
Centro - CEP 20020-080  
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112  
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador  
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador  
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores  
Alexandre Cavassoni Rosa  
Fábio Gomes Palermo  
Rodrigo Firmino da Silva

Estagiários  
Alan de Almeida Matos  
Kaio Sobrinho da Silva

...

Projeto gráfico  
STIC - Gerência de Portal  
e Programação Visual



Essa autoimagem ruim não é por acaso. Os estereótipos negativos relacionados ao envelhecimento são criados pela sociedade e assimilados ao longo da vida. “Eles são aceitos e incorporados pelos jovens sem muito questionamento. Ao envelhecer, estes conceitos prévios fazem parte da personalidade dos indivíduos e podem produzir efeitos negativos de incapacidade e inutilidade”, afirma Laura em sua dissertação de mestrado defendida na PUC-RS.

## Qualidade de vida pra quem?

Envelhecer com qualidade é o grande desafio, principalmente para um país como o Brasil, que terá um rápido envelhecimento da população nos próximos 20 anos. No entanto, qualidade de vida é um valor subjetivo. Acesso a bons médicos, exames com bons resultados e conta bancária podem dizer que tudo está bem, mas o idoso pode não sentir que tem qualidade de vida. O contrário também acontece. “Mesmo a pessoa numa condição objetivamente ruim, pode nas piores condições achar a vida boa”, disse Sérgio Paschoal, médico geriatra do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Sem voz numa sociedade que não respeita a opinião dos mais velhos e com uma autoimagem ruim, a depressão em idosos se torna mais corriqueira. Um dado que mostra isso é a taxa de suicídio para homens brancos com mais de 65 anos ser cinco vezes mais alta do que a da população em geral.

De acordo com dados de estudo liderado por Maria Cecília Minayo, da Fiocruz, a taxa de suicídios de pessoas com mais de 65 anos passou de 12 a cada cem mil pessoas para 15,8 a cada cem mil, entre 1980 a 2006. A situação é considerada de média gravidade quando passa de dez suicídios a cada cem mil.

“Não é por achar que a vida econômica está ruim, mas achar que perdeu o sentido de viver. Eu posso até ser pobre, mas o que importa é a vida fazer sentido”, disse Sérgio Paschoal.

O sentido da vida para João Antônio Ramos, de 91 anos, é beber seu vinhozinho diário, receber a família para jantar e planejar suas viagens anuais para Portugal. Muita coisa aconteceu desde o dia que o engenheiro eletricista português chegou ao Brasil, em 1954. Era para permanecer apenas seis meses. O tempo passou e ele foi ficando. Logo se casou, teve seis filhos, 14 netos e agora uma bisneta. “Ainda”, brinca.

A aposentadoria há 30 anos não o deixou deprimido, como é comum acontecer. “É uma mudança, mas a gente supera com outras coisas. Em vez de trabalhar, lê um livro. Querendo, não falta coisa para fazer”, diz com a serenidade típica de quem pode se tornar um centenário.

Até lá, segue sua rotina. Acorda às 9 horas, lê o jornal, faz exercícios como “saltitar, baixar e levantar”, depois dá uma volta, vai ao banco ou encontra um parente. Em julho pretende ir a Portugal encontrar os primos. “Pois meus pais já morreram”, brinca.

## Brasil vai envelhecer rápido e na pobreza

Para Alexandre Kalache, países desenvolvidos enriqueceram para depois envelhecer; Brasil, que terá 65 milhões de idosos em 2050, deve priorizar investimentos em saúde e previdência.

Fonte: IG – Maria Fernanda Ziegler – 04/05/2014

Alexandre Kalache adora falar de velhos. Ele é o presidente do Centro Internacional de Longevidade e um dos mais respeitados especialistas no assunto. Os números espantam. Em pouco tempo a população brasileira vai envelhecer rapidamente e, diferente do que aconteceu no Japão e em países da Europa, a mudança ocorrerá na pobreza. E, ainda por cima, em uma sociedade muito voltada para os valores ligados à juventude.

O médico considera que é preciso pensar sobre o que as pessoas de 40 anos hoje querem fazer com os anos que lhes foram dados de presente. Se vão viver 80 ou 90 anos, que seja com saúde. Mas isso não tem sido prioridade no Brasil. Achou que o cenário é de caos à vista? A boa notícia é que você vai viver bastante.

## IG: Quais serão as transformações no País com esta mudança populacional?

Alexandre Kalache: O Brasil é entre os países com mais de 10 milhões de habitantes o que vai mais rapidamente envelhecer. E eu sempre afirmo isso, os países desenvolvidos primeiro enriqueceram para depois envelhecer, nós estamos envelhecendo muito mais rápido que eles e com pobreza. Daqui há 35 anos, o Brasil vai ter 65 milhões de idosos. É muita gente! Com exceção do México, é uma população maior que a de qualquer país latino americano. É um país tão grande quanto a Alemanha. É um contingente imenso que precisa de investimentos.

## IG: Como devem ser feitos estes investimentos?

Kalache: Não só de política para os idosos, mas também de política para que os adultos de hoje possam chegar bem na velhice. Basta você ter 30 anos hoje para que daqui a 35 você tenha 65. A gente não está falando de um grupo que saiu do vácuo. Estamos falando dos adultos de hoje. São duas linhas que não competem, mas que se somam. A forma como as pessoas vão envelhecer vai depender de oportunidades para ter quatro capitais fundamentais: saúde (acesso e prevenção), finanças (previdência privada e pública), social (caprichar para ter amigo), e educação. Isso depende de políticas. Não se faz do nada. Infelizmente, o governo federal está desleixado. Faz lei, mas não tem orçamento.

## IG: Como essas políticas poderiam ser complementares?

Kalache: A lógica é que, se houver boa política de saúde e previdência, o idoso sai mais barato para o País. Um idoso que recebe uma pensão não contributiva [sem ter contribuído para o INSS] e que vai comprar comida e remédio para a família está sendo um agente de desenvolvimento. Das grandes políticas do Brasil de redistribuição de renda, a de pensão não contributiva a que mais favorece para a construção de uma classe C. É apontada como a mais eficaz. Em relação à saúde, vemos isto nas medidas de prevenção. O que é caro? Caras são as complicações em decorrência de doenças como hipertensão, por exemplo. Não é melhor investir em prevenção?

## IG: O Brasil está envelhecendo rapidamente. A seu ver, o que está sendo feito em termos de políticas públicas sobre o envelhecimento da população?

Kalache: Já foi muito pior do que é hoje. Está bom hoje? Não. De qualquer forma, houve um avanço. Nestes últimos 20, 25 anos, mudou muito a perspectiva. A criação do Estatuto do Idoso, em 2003, fez com que o idoso passasse a ser um cidadão com direito, não mais um alvo de ações filantrópicas ou de caridade. Então, quando uma velhinha entra numa fila de prioridades, ou que tem direito de não pagar o ônibus, não é caridade, é direito. Outro grande avanço, como eu já disse, são as pensões não contributivas. Aquela velhinha do interior que trabalhou na roça a vida inteira nunca contribuiu para o INSS não porque não quisesse, mas porque não tinha emprego formal. Ao receber sua aposentadoria, ela vai ser respeitada na família em vez de ser visto como um fardo. Ela pode decidir onde vai gastar o dinheiro. Vai comprar comida para o neto, remédio para o filho doente.

## IG: Mas ainda é preciso melhorar muito...

Kalache: Ah, sim. Está muito ruim. Se você comparar o Programa Nacional do Idoso com os programas que cuidam de política para mulheres e crianças, por exemplo, vai ver que a estrutura do primeiro é muito menor, com equipe e recursos muito menores. E o pior: mesmo com um orçamento pequeno de R\$ 12 milhões no biênio, que não é nada, somente 20% do montante foi gasto. Então é muito ruim. A gente ainda precisa fazer muito esforço para dizer que as políticas estão respondendo a este envelhecimento rápido e sem precedentes.

## IG: Há 40 anos, uma pessoa de 40 anos era considerada velha. Hoje, uma de 60 não é. O que explica esta mudança?

Kalache: A gente vive numa sociedade muito voltada para aos valores da juventude, para a aparência. O que é bonito é o jovem, a força, a potência, o poder. Nos fixamos muito à beleza externa, física, sem perceber e valorizar uma beleza que você só acumula quando tem experiência, na sabedoria. Você não consegue ser um sábio aos 32 anos. Se for para ser um dia, vai ser mais velho, lá pelos 70.

## **iG: Quando você acha que este estigma de velho pode mudar?**

Kalache: Acho que já está havendo uma revolução de valores aqui. Temos esta geração de babyboomers muito grande que nasceu depois da Segunda Guerra e que teve mais acesso a saúde, educação e dinheiro no bolso. Foi a primeira geração a ter a adolescência, um conceito novo - antes ou a pessoa saía abruptamente da infância com 14 anos para trabalhar ou morreria de fome. Em todas as fases da vida, os babyboomers contestaram. Isto tudo está no nosso DNA. Os velhos de hoje vivem a gerontologia.

## **iG: O que é isso?**

Kalache: Os adultos estão passando a velhice como uma transição gradual. Só que, diferente da adolescência, a velhice vai durar 20, 25 anos. Você vai com 50 e poucos anos até os 80 fazendo barulho, com muito mais percepção dos seus direitos e coerente com o que sempre pensou. Se sempre foi um ativista, sempre lutou pelos direitos humanos, vai cada vez mais lutar para dizer: 'é possível ser um velho bonito, com recursos para a sociedade'. Vai ser uma batalha do ativismo de exigir os direitos. Existe um estatuto, mas a gente vai lutar para que ele seja posto em prática, que empodere a pessoa para que ela seja um cidadão pleno, atuante, ativo da sua sociedade.

## **iG: Houve um aumento grande na expectativa de vida. Hoje, uma pessoa com 40 está ainda na metade da vida. Antes, ela estava se preparando para o fim da vida. As referências são outras. Que conselho você daria para essas pessoas?**

Kalache: Meu conselho é que elas parem e pensem se querem que a outra metade da sua vida seja da mesma forma que estão vivendo hoje. Será que não é preciso se reinventar? Fazer um ano sabático, um mestrado, mudar de carreira. Antigamente, se você fizesse uma escolha aos 18, ela te seguiria até os 50, 55 anos. Hoje, não. Então é preciso pensar muito na qualidade da sua vida para que estas décadas que foram dadas de presente sejam usufruídas com qualidade. Não é uma crise dos 40, é uma oportunidade de repensar. Quer ver só um exemplo?

## **iG: Quero.**

Kalache: É o caso do Jorginho Guinle. Ele era um playboy de uma das famílias mais ricas do Brasil. Quando chegou ao final da vida [morreu aos 88], ele disse: 'se eu soubesse que ia durar tanto, teria feito coisas diferentes'. Jorginho morreu pobre, queimou o dinheiro todo da família. Aproveitou bem até os 50, mas terminou doente e morando em apartamento emprestado. Isso porque não previu que viveria tanto. Por isso, meu conselho para as pessoas de 40 anos é que prevejam que vão viver muito, que vão chegar aos 80 ou 90 anos. A forma que elas vão viver vai depender das escolhas que fizerem hoje.

## **Profissão 'cuidador de idoso': cresce demanda, mas faltam serviços públicos**

Fonte: IG – Maria Fernanda Ziegler – 06/05/2014

O segredo de Wanda Aparecida da Silva, 45 anos, é fazer tudo como se fosse o último dia. Ela é cuidadora de idosos: nas tardes de segunda à sexta vai à casa de Nelson Bernardo, de 65 anos, que tem Alzheimer avançado e sequelas de um AVC. Nas manhãs, ela se alterna na casa de outros dois idosos. Como se fosse a última vez, ela dá o almoço, o banho, faz a barba, põe música para eles escutarem e bota numa área externa para pegar sol.

Wanda, funcionária de uma ONG que cuida de idosos, é representante

de um nicho com mercado em expansão. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), de todos os brasileiros com 60 anos ou mais (cerca de 20 milhões de acordo com o último Censo), aproximadamente 13% tem dificuldade em executar pelo menos uma atividade diária e, por isso, precisam de cuidadores. Dentre os mais idosos, com 80 anos e mais, 40% caem a cada ano. Em 20 anos, com o aumento da população de idosos no País, a situação vai ficar ainda mais delicada.

O problema é saber quem vai pagar a conta. Uma família que opta pela contratação de uma pessoa ou de uma empresa de home care vai desembolsar uma média de R\$ 2 mil ao mês, valor superior ao que muitas famílias têm de renda total. E ainda é muito escassa a oferta de redes de proteção e suportes formais por parte do Estado a essa população.

"Às vezes é muito difícil, pois a família não tem estrutura nenhuma para cuidar do idoso ou o vínculo familiar é muito fraco. Já cheguei a trabalhar em uma casa que ficava em local de risco. Era toda torta e ainda por cima o idoso precisava de cadeira de rodas. Dá para imaginar? A idosa morava com uma filha que precisava trabalhar o dia inteiro e não tinha como cuidar", diz Wanda.

Ela é um dos 40 cuidadores do projeto Vincular, um dos trabalhos da ONG Grupo Vida, que atende a 100 idosos em parceria com a prefeitura de Barueri (SP). "Os governos ainda não entenderam que precisam investir nisso, que precisam lidar com esta população que está crescendo e que vai precisar de cuidados", diz Neuma Nogueira, coordenadora da ONG. Além do cuidador, uma equipe multidisciplinar – com médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo – também acompanha cada paciente.

De acordo com Neuma, o custo do idoso se atendido em sua própria casa é um terço do valor cobrado se ele fosse morar em um asilo, em média de R\$ 6 mil. Hoje, segundo o IPEA, apenas 0,8% dos idosos brasileiros vivem em asilos. Seria uma boa notícia, desde que houvesse garantia de cuidado domiciliar.

"Temos que levar em conta que as famílias estão ficando cada vez menores. O que vemos são situações do idoso cuidando do idoso. Ou a esposa de 85 anos cuida do marido de 90, ou a responsabilidade recai sobre uma filha de 60", analisa a gerontóloga Magherita de Cassia Mizan.

É o que estava acontecendo com Miralva, mulher do seu Nelson, paciente atendido por Wanda. Até encontrar a ONG, era ela quem cuidava sozinha do marido, que teve Alzheimer e AVC, e foi aposentado por invalidez de seu trabalho como auxiliar de enfermagem. Hoje, ele não fala e nem anda. Precisa de uma cadeira de rodas adaptada para sustentar o corpo de 1,90 m de altura. Pouco a pouco, está esquecendo como se faz para deglutir e frequentemente tem convulsões. O máximo de comunicação que tem é chorar, ou rir, principalmente quando a esposa pergunta se ele aceita casar com ela.

"Além da dificuldade emocional de tudo isso, era impossível que eu conseguisse dar banho nele sozinha", diz Miralva, que chora só em pensar na morte dele. "Me dei conta que precisava de ajuda quando mandei uma mensagem de madrugada para os meus filhos dizendo que quando isso terminasse, não iria sobrar nada de mim. Me arrependo até hoje de ter mandado esta mensagem. Deixei eles preocupados", lembra.

Hoje, Miralva e Wanda formam uma dupla incansável. Miralva por amor ao marido. Wanda, pela paixão à profissão que escolheu. "Eu trabalhava só há 15 dias como cuidadora, quando minha primeira paciente morreu. Foi muito triste. Pensei que não iria aguentar. Por isso que eu penso que todo dia pode ser o último e faço tudo com muito carinho. Para ser cuidador, é preciso ter amor. Acho que levo jeito para isso."

Num País que envelhece a passadas largas, é preciso uma política pública que contemple o cuidador no rol de direitos do idoso. O atendimento particular é praticamente inviável para a maioria da população e as poucas ONGs dedicadas a isso têm dificuldade em arrecadar fundos, explica Neuma, da ONG Grupo Vida. "As pessoas não doam muito para idosos. A criança tem o sorriso, o idoso tem a dor."

## Idoso cego é agredido em hospital do Rio

Homem de 64 anos disse a médico que esperava há três horas por atendimento; profissional ficou enfurecido e o agrediu.

Fonte: Band – Pedro Paulo Spoletto – 10/05/2014

Um idoso cego se queixa de ter sofrido agressões de dois médicos em um hospital no Rio de Janeiro. Na terça-feira, Jair Braz de Jesus, de 64 anos, esperou por três horas para ser consultado na Policlínica José Paranhos Montenegro, em Olaria, na zona norte da capital fluminense, e foi ameaçado ao reclamar que duas pessoas terem passado à frente na fila. Já o médico diz ter sido ameaçado e agredido pelo idoso. A Polícia Militar foi acionada.

O paciente José Carlos Abrahão, que estava no consultório no momento do incidente, prestou depoimento à Polícia Civil e descreveu o episódio. “A esposa dele foi perguntar ao médico se o prontuário dele estava lá. O médico disse que não iria levantar para atender. Aí o cidadão falou assim: ‘olha, eu estou aqui desde 6h, o senhor está chegando agora’. Foi o suficiente para ele [médico] agredir o rapaz; mandou calar a boca. E aí o senhor falou assim: ‘quem é você para mandar eu calar a boca?’ [E o médico disse:] ‘Tu não sabe com quem está falando’”, relata. “Aí, ele se identificou inclusive como militar e quis bater. Eu segurei, mas ele continuou querendo. Veio mais três vezes para bater no cidadão, que é cego. Quando ele viu a polícia chegar, ele entrou no consultório dele, aí já saiu rasgado e com o pescoço vermelho dizendo que tinha sido agredido, o que não é real”.

Em depoimento, o médico Ricardo de Araújo Alonso disse que pessoas falavam alto do lado de fora do consultório, que solicitou que os pacientes falassem mais baixo, mas que foi ameaçado pelo idoso e atingido por um bastão na região torácica. O profissional registrou queixa na delegacia por lesão corporal.

O idoso Jair Braz, no entanto, desmente a versão. “Minha esposa gritando, gritando, ‘não bate nele!’ A Justiça tarda, mas chega”.

A Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Vereadores do Rio informou que vai acompanhar o caso de um idoso cego que quase foi agredido por um médico dentro de um posto de saúde depois de reclamar da demora do atendimento.

O presidente da comissão, Alexandre Isquierdo, pede rigor nas investigações. “Como é que pode uma pessoa portadora de deficiência visual, cego, diabético, de porte físico franzino, agredir o médico, tirar sangue e rasgar jaleco? Então isso é uma contradição, a polícia vai estar averiguando, acredito que vai ser aberto um inquérito. E a comissão vai estar acompanhado de perto todo esse processo”.

A Secretaria Municipal de Saúde abriu uma sindicância para apurar o assunto. Já o Conselho Regional de Medicina afirmou que depende de um registro formal no órgão para abrir uma sindicância. Uma vistoria na Policlínica José Paranhos Montenegro no mesmo dia do incidente constatou superlotação e falta de segurança.

## Em Manaus, 14 idosas disputam concurso ‘Rainha Rosas de Maio’

Evento é dedicado ao mês das mães e acontece no Parque do Idoso. Baile deve ser realizado na sexta-feira (23) a partir de 17h.

Fonte: G1 AM – 20/05/2014



14 participantes participam do concurso (Foto: Antônio Lima/Semjel)

O tradicional baile Rosas de Maio deve ser realizado na sexta-feira (23), no Parque Municipal do Idoso (PIM), em Manaus. O evento, que está na 16ª edição, faz homenagem às mães. Um dos momentos mais esperados da programação é o concurso “Rainha Rosas de Maio”.

A programação é coordenada pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (Semjel) e terá início às 17h. De acordo com a pasta, proporciona integração sociocultural entre os grupos da terceira idade dos Centros de Esporte e Lazer (CELS) administrados pela secretaria, dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), grupos independentes, além dos próprios frequentadores do Parque do Idoso e da sociedade em geral que tradicionalmente frequenta o baile.

O concurso “Rainha Rosas de Maio” terá 14 participantes que desfilam com trajes de gala. Três jurados elegem as princesas e a rainha da edição. Segundo a Prefeitura, todas as concorrentes ganharão brindes pela participação. As primeiras colocadas receberão troféu e premiação especial: 1º lugar – um televisor, 2º lugar - hospedagem no Amazônia Golf Resort e para o 3º lugar uma cesta contendo cosméticos.

A organização do evento estima que duas mil pessoas prestigiem o Parque Municipal do Idoso. A cantora amazonense Lucinha Cabral deverá ser a atração da festa. Ela levará ao público um repertório repleto de Música Popular Amazonense (MPA) e Música Popular Brasileira (MPB).



Evento vai acontecer no Parque Municipal do Idoso (Foto: Antônio Lima/Semjel)

## Doméstica é presa após aparecer em vídeo torturando idosa no RJ

Ana Maria da Conceição nega crime, apesar de imagens feitas pela família. Vítima tem mal de Alzheimer e é incapaz de se alimentar sozinha.

Fonte: G1 RJ – 29/05/2014

Uma empregada doméstica foi presa, nesta quinta-feira (29), suspeita de maus-tratos e tortura contra uma idosa de 76 anos no município de Araruama, na Região dos Lagos. Uma câmera escondida pela família em casa registrou imagens de Ana Maria da Conceição agredindo a idosa que sofre de mal de Alzheimer e é incapaz de se alimentar sozinha, como mostrou o RJTV.

A família começou a desconfiar que havia algo errado quando a idosa apareceu com machucados pelo corpo. As imagens mostram a empregada dando tapas e socos na vítima, que tem ainda os cabelos puxados e é colocada de maneira bruta na cadeira de rodas. Os vídeos foram gravados em fevereiro deste ano.

Ana Maria da Conceição foi detida por policiais da Delegacia do Idoso, após ter o mandado de prisão expedido pela Justiça. Se condenada, ela pode ficar presa por até 15 anos. A prisão preventiva dela já foi decretada. À polícia, a doméstica negou as acusações.

“Não [tenho problema nenhum com a idosa]. Dou tudinho a ela. Dou comida na boca, ela não come sozinha. Estou acostumada a tomar conta de idoso”, disse Ana Maria.

No flagrante, um parente da idosa também é filmado. No entanto, segundo os familiares, ele seria incapaz de evitar os maus-tratos porque sofre de problemas mentais.

## //DOCTRINA

### É preciso mais avanços nos direitos do idoso

Fonte: Revista Consultor Jurídico – Bibiana Graeff - 20/05/2014

Uma pessoa de sessenta anos ou mais para cada duas pessoas de menos de quinze anos: tal cenário já se verificava no Brasil em 2012, segundo o IBGE. A cada ano, o instituto vem demonstrando que o envelhecimento da população brasileira, provocado principalmente pela diminuição das taxas de fecundidade, tem ocorrido de forma acelerada, o que impõe uma reflexão sobre o preparo do Estado e da sociedade para os desafios e oportunidades decorrentes dessa transição demográfica.

O reconhecimento formal do idoso enquanto sujeito de direito se consagra no Brasil com a Constituição de 1988, a lei da Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003). Comemorados os dez anos deste último, não podemos, contudo, deixar de observar que — antes mesmo que muitos destes direitos pudessem sair do papel, para as mais diversas realidades de nossas velhices — configuram-se tendências de ameaça ou efetivo retrocesso quanto a direitos fundamentais da pessoa idosa (vide meia-entrada) e propagam-se ideias propensas ao aumento da idade para o reconhecimento destes direitos (ou alguns deles), sob o argumento da crescente esperança de vida. Todo critério etário cronológico é passível de revisão. Não obstante, toda mudança suscetível de afetar o gozo de direitos humanos fundamentais, frutos de luta social e política, deve ser analisada com a maior prudência e restrição, no respeito da dignidade humana e do princípio do não retrocesso.

Embora haja avanços nas políticas do idoso, as mudanças necessárias para a efetivação de uma sociedade para todas as idades não parecem estar acompanhando o ritmo acelerado de nossa transição demográfica e epidemiológica. Em face do envelhecimento populacional, as políticas de saúde, por exemplo, devem enfrentar os desafios do cuidado integrado, para além da prevenção e do tratamento. Estão as famílias podendo prover esse cuidado? E o Estado e a sociedade, como têm atuado em seu dever de amparo? Com que profissionais se pode contar? Com que instituições? Onde estão os Centros-dia? E vagas públicas nas

instituições de longa permanência?

Antes de tudo, é necessário trabalhar o olhar, a sensibilização, uma verdadeira conscientização para a superação do paradigma de preconceito e/ou estereotipização que nega, exclui ou infantiliza a velhice. É preciso, assim, efetivar-se a previsão legal de inserção de conteúdos gerontológicos, nos diversos níveis de ensino, bem como sensibilizar e capacitar a sociedade e os mais diversos profissionais para esses temas. E precisamos, sem dúvidas, de modelos de gestão que garantam a intersetorialidade e a interprofissionalidade necessárias às políticas e serviços que se destinam à efetivação do envelhecimento enquanto direito e da velhice em dignidade.

Atores que atuam na defesa e promoção dos direitos do idoso podem e devem exercer um papel fundamental para o avanço e a operacionalização dessas políticas. Ações judiciais em defesa de interesses coletivos e difusos do idoso são, entre outros, instrumentos que podem contribuir nessa direção. Para isso, porém, defensores e promotores devem, juntamente com a sociedade, estar sensibilizados a essas questões. A escolha da Defensoria Pública de São Paulo em abordar os direitos do idoso como tema de destaque para o Dia Nacional do Defensor Público (19 de maio) serve como alerta e chamado nesse sentido.

## //NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

### INSS só pode exigir devolução de benefícios com pedido judicial

Fonte: Revista Consultor Jurídico – 28/04/2014

A Justiça Federal em São Paulo determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não poderá mais exigir, administrativamente, a devolução dos valores pagos referentes aos benefícios previdenciários ou assistenciais concedidos por liminar que tenha sido revogada ou reformada posteriormente, exceto quando houver expressa determinação judicial neste sentido. A decisão, da juíza Andrea Basso, da 4ª Vara Federal Previdenciária, é válida somente para o âmbito de atuação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região — São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A sentença foi dada em ação civil pública, proposta em 2012, pelo Ministério Público Federal em São Paulo e pelo Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical. A intenção era assegurar aos beneficiários em todo o território nacional, que estariam sendo obrigados a devolver os valores recebidos ao INSS, que não tivessem nenhum tipo de prejuízo financeiro.

De acordo com o Ministério Público Federal, os benefícios previdenciários ou assistenciais são verbas de caráter alimentar, ou seja, imprescindíveis para quem recebe. Segundo a ação, além de prejudicar financeiramente os segurados, “a abusiva exigência de devolução dos valores gera receio de buscar a tutela jurisdicional, bem como traz insegurança e desprestígio às decisões judiciais de primeira instância”.

Como a decisão não atendeu plenamente ao requerimento do MPF, o procurador da República Pedro de Oliveira Machado entrou com recurso de apelação para que a sentença judicial seja revista e atribuída em âmbito nacional, e não somente no âmbito do TRF-3. Em caso de descumprimento, a juíza fixou multa diária de R\$ 3 mil por benefício cobrado. Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF.

0005906-07.2012.403.6183

## Entidades auxiliam Comissão na organização de políticas para idosos

Fonte: ALERJ – 15/05/2014

Cerca de dez entidades que desenvolvem trabalhos relacionados à melhoria da qualidade de vida dos idosos do estado estiveram nesta quinta-feira (15/05) na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), a convite da Comissão de Assuntos da Criança, Adolescente e Idoso. Na audiência pública, os convidados elencaram prioridades na área, que servirão para orientar os próximos passos da comissão – presidida pela deputada Claise Maria (PSD). “Fizemos uma retrospectiva do trabalho da comissão e ficou clara a necessidade de uma mobilização pela visibilidade desta causa”, disse a parlamentar, informando que a delegação intensificará a realização de reuniões com a participação de idosos em diferentes municípios do estado. “Não adianta ouvir apenas os representantes de entidades, os próprios idosos devem ser ouvidos pela comissão, e para alguns deles, é muito difícil o deslocamento até a capital”, explicou.

Entre as principais propostas está a divulgação da profissão e dos cursos de cuidador, a realização de campanhas de prevenção à violência contra os idosos e a criação de Centros Dia, instituídos pela Lei 6.486/13, da deputada Myrian Rios (PSD). “A grande dificuldade na implantação dos Centros Dia voltados para a atenção ao idoso é a indefinição a respeito do responsável pela sua implantação. Ele é um equipamento híbrido, é tanto da área de Assistência Social quanto da Saúde”, argumentou a assessora da Direção do Centro de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (CEPE) da Secretaria de Estado de Saúde, Luiza Machado. “A demanda de pessoas idosas que precisam de um local para passar o dia enquanto a família trabalha é crescente. São pessoas que agora ficam sozinhas ou sob cuidado de pessoas que não têm nenhuma formação”, disse Luiza, defendendo rubricas para a criação dos centros nos orçamentos federal, estadual e municipal.

Estiveram presentes na reunião representantes de Conselhos de Defesa ao Direito da Pessoa Idosa dos municípios de São Gonçalo, Itaguaí, Guapimirim e da capital, além de associações de cuidadores e do Ministério Público.

## Aprovado projeto que incentiva turismo para idosos

Fonte: ALERJ – 15/05/2014

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 176/2012, dos deputados Edson Pimenta (PSD-BA) e Luciano Castro (PR-RR), que retira idosos e portadores de doença grave ou incapacitante da ordem de precatórios, priorizando o pagamento a essas pessoas.

A proposta estabelece que os créditos de quaisquer natureza, inclusive alimentícia, de idoso ou de portadores de doença grave ou incapacitante, independem de precatórios. Os pagamentos deverão ser feitos imediatamente após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A comissão acompanhou o parecer do relator, deputado Andre Moura (PSC-SE), pela constitucionalidade e juridicidade do texto. “Estamos fazendo justiça a milhares de idosos e enfermos no país, que muitas vezes se vão sem ter o direito de receber o que o Estado lhes deve”, disse o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que leu o voto.

### Qualquer débito

Atualmente a Constituição determina que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas, em virtude de sentença judiciária, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Também já determina que os débitos de natureza alimentícia, que compreendem, por exemplo, os decorrentes de salários, pensões e indenizações cujos titulares tenham 60 anos de idade ou mais ou sejam portadores de doença grave ou incapacitante serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos. Caso a PEC seja aprovada, essa prioridade será dada a esse público em caso de débito de qualquer natureza.

# PESSOA COM DEFICIÊNCIA

## //NOTÍCIAS DA IMPRENSA

### Com doença degenerativa, aluno cria teclado virtual e conclui mestrado

Claudio Luciano Dusik apresentou dissertação na terça (26) na UFRGS. No trabalho, apresentou o Mousekey, programa que o auxilia a escrever.

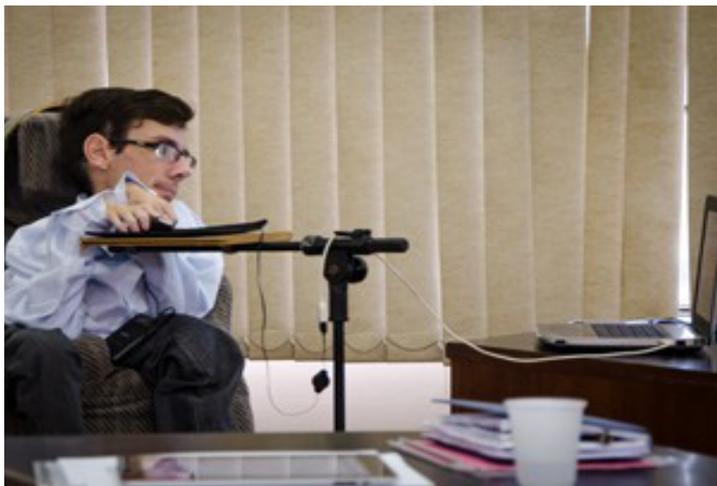
Fonte: G1 RS – Luiza Carneiro – 27/03/2014



Orgulhosa, a mãe de Claudio sempre garantiu educação e saúde ao filho (Foto: Luiza Carneiro/ G1)

Superação é rotina na vida de Claudio Luciano Dusik, 36 anos. Nascido em Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegrex, foi diagnosticado ainda quando criança com uma doença degenerativa. Passo a passo, venceu obstáculos até concluir com nota máxima, nesta terça-feira (26), o mestrado em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sulx. Em sua dissertação, mostrou como estudou e desenvolveu ao longo da graduação um teclado virtual, o Mousekey, que auxilia pessoas com limitação a escrever e se comunicar.

Claudio tem atrofia muscular espinhal (AME), doença que deforma o corpo e limita os movimentos. As impossibilidades causadas pelo transtorno, no entanto, nunca foram barreira para ele desistir. Desde cedo, a mãe Elisa Arnoldo acreditou na capacidade do filho de vencer os obstáculos e, praticamente, implorou para que escolas o aceitassem. “Com apenas cinco anos entrei em uma classe de primeira série e consegui me alfabetizar”, contou Claudio durante a banca, sentado em uma cadeira de rodas adaptada.



Teclado usa movimentos do mouse para formar sílabas e palavras (Foto: Thiago Cruz/UFRGS)

Sem acessibilidade, ele passava os intervalos sozinho na sala de aula, pois estudava no primeiro andar e não conseguia descer as escadas para se juntar aos colegas. Ele lembra que só começou a ser aceito e a socializar com os estudantes na 3ª série. “Um professor criou um projeto chamado ‘ajudante do dia’. Foi ali que comecei a ter contato com as outras crianças. Eles me levavam para o pátio e adaptavam as brincadeiras para mim”, lembra, com naturalidade. Na amarelinha, Claudio ajudava a atirar as pedras. Já na corda, os amigos empurravam a cadeira de rodas, assim como no pega-pega. “O pega-pega era a minha brincadeira preferida. Eles me empurravam e muitas vezes caía. Não sabia se chorava pelos machucados ou de felicidade”, disse, arrancando risos de mais de 50 pessoas, entre conhecidos e desconhecidos, que assistiam a sua defesa.

Desenganado desde bebê, a previsão era de 14 anos de vida. As impossibilidades aos poucos foram se transformando em possibilidades para Claudio. Com o avanço da doença durante a graduação de psicologia e a perda do movimento das mãos, sentiu a necessidade de desenvolver algo onde pudesse continuar a escrever textos. Foi dali que surgiu a ideia do Mousekey. “Nos intervalos das aulas, ia para a biblioteca estudar informática”, relembrou. Com apoio da família, desenvolveu o teclado, que funciona principalmente pelo movimento do mouse e cliques, detalha o alfabeto, sílabas, pronomes e sílabas acentuadas.



Após defender dissertação, Claudio é aplaudido de pé (Foto: Luiza Carneiro/G1)

Já no mestrado de educação, teve a oportunidade de estudar outros recursos e conhecer pessoas que, assim como ele, também enfrentavam dificuldades no aprendizado. Em um grupo de pesquisa com cinco deficientes físicos garantiu o entendimento dos recursos necessários para a melhoria do aplicativo. “A escrita vai além do contexto escolar. Ela entra no contexto social da pessoa. Estes sujeitos querem também participar da vida em comunidade e terem produtividade”, explicou. “Foi emocionante conhecer estas pessoas. E não somente vi que estava ajudando, mas também percebi que, por muito pouco, não estava ali trancado também. Tenho um orgulho enorme”, emocionou-se.

Atualmente, atua como funcionário da Secretaria de Educação e, agora mestre da área, quer continuar na carreira de professor. Na UFRGS, auxilia alunos no curso de Educação à Distância e divide a rotina entre o trabalho e os estudos. Nos próximos meses irá apresentar a dissertação em um congresso de acessibilidade no México, ao lado da orientadora, a doutora em educação Lucila Maria Costi.

A mãe Elisa é só elogios. “Tenho seis filhos. Uma delas morreu no ano passado e a outra tem a mesma doença que o Claudio. Estou muito orgulhosa e sempre busquei todos os recursos para eles, seja na saúde ou na educação”, disse ao G1.

Em Esteio, um grupo de amigos se reuniu para assistir ao vivo, em um telão, a banca de Claudio. Para o futuro, planeja patentear o produto e especializar-se ainda mais em um doutorado. “Quero escrever p-o-s-s-í-v-e-l nas histórias de prováveis impossíveis”, finalizou a apresentação garantindo aplausos, em pé, dos admiradores.

## Vaga exclusiva para deficientes e idosos rende três multas por hora

Fonte: Blog do Deficiente Físico – 05/05/2014



Estacionar irregularmente de propósito, por “só um minutinho” ou “sem querer” em vagas exclusivas de idosos ou de pessoas com deficiência nas ruas de São Paulo rende a aplicação de uma multa a cada 20 minutos na cidade.

São 3.250 espaços de estacionamento para esses dois públicos, demarcados nas vias da capital paulista, o que representa menos de 10% do total de vagas regulamentadas pelo poder público.

Mesmo assim, os agentes de trânsito da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) aplicaram, em 2013, 28.334 multas pelo uso irregular dos espaços.

A infração é considerada leve pelo Código de Trânsito, e resulta em punição de R\$ 53,20 mais a anotação de três pontos na carteira.

Até março deste ano, de acordo com a CET, foram aplicadas 6.426 multas, o que mantém a média de uma punição a cada 20 minutos.

Mas o problema de desrespeito às vagas reservadas, que são garantidas por lei, é ainda maior, uma vez que as autoridades de trânsito de São Paulo não atuam dentro de estabelecimentos privados como estacionamentos de shoppings e supermercados.

Nesses locais, segundo a CET, os próprios estabelecimentos devem ser responsáveis pela fiscalização. O órgão se vale de interpretações da legislação de trânsito.

“Mesmo nas ruas, onde corre-se o risco de ser multado, ocorre muito desrespeito. O que mais irrita é a impunidade, a falta de vergonha, o egoísmo, das pessoas que estacionam sem poder”, diz William Coelho, o Billy Saga, líder do Movimento Superação, um dos mais atuantes do país na defesa da inclusão.

## FLAGRANTES

Em uma hora de observação na rua Líbero Badaró, próxima à prefeitura e onde estão diversas secretarias municipais, a Folha flagrou 20 carros, inclusive caminhões de carga e veículos de serviço, usando irregularmente as vagas de idosos e de pessoas com deficiência.

“Parar em uma vaga reservada para idoso ou pessoa com deficiência, mesmo que seja por um minutinho para esperar alguém, é impactar o acesso de quem já sofre com a falta de mobilidade em muitos outros equipamentos urbanos”, declara Marianne Pinotti, secretária municipal da Pessoa com Deficiência.

Para ter direito ao estacionamento, o veículo precisa exibir no para-brisas um cartão de identificação oficial, emitido pela Secretaria Municipal de Transportes.

Atualmente, de acordo com a secretaria, 170.326 cartões para deficientes e idosos já foram emitidos para uso das vagas reservadas.

“Tenho a impressão que muitas pessoas não imaginam que, amanhã, também vão envelhecer e vão querer ter seus direitos de idoso respeitados. Os avanços acontecem, mas falta investimento público na conscientização da população para entendê-los”, afirma Carlos Ortiz, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados.

A CET afirma que tem 254 agentes dedicados “exclusivamente à fiscalização da Zona Azul”, onde ficam a maior parte das vagas exclusivas.

## Nova tecnologia “reinventa” a roda para cadeirantes

Fonte: Blog do Deficiente Físico – 08/05/2014



É bem comum ouvirmos essa frase: “Não tente reinventar a roda”. Mas isso não parou Gilad Wolf, um fazendeiro e inventor israelense, que percebeu que era muito difícil se sentir confortável em uma cadeira de rodas tradicional. E ele decidiu reinventar as rodas da sua cadeira de rodas.

Pegando emprestado conceitos de tudo, desde equipamentos agrícolas até inovações da Radbiomed em Tel Aviv, a invenção de Wolf, chamada SoftWheel, é uma roda extremamente confortável e bastante eficiente.

O segredo aqui é a suspensão: as cadeiras de roda tradicionais perdem até 30% de energia devido a ausência de suspensão. Isso faz com que quem as use precise fazer muito esforço mesmo que seja para passeios curtos. Para solucionar a questão, o design da SoftWheel conta com

um aro com três cilindros de compressão de absorção de choques. Isso suspende o centro da roda enquanto distribui uniformemente a massa ao longo da cadeira, dando ao piloto a capacidade de descer facilmente escadas e superar obstáculos.

O resultado final é uma roda completamente nova, mas compatível com equipamentos já existentes – não será necessário a compra de uma cadeira nova, apenas a troca das rodas. E não é apenas para cadeiras de rodas: a SoftWheel funciona bem em outras aplicações, também. Em alguns minutos, eles conseguiram colocar o protótipo da roda em uma bicicleta, resultando em uma pedalada mais suave e rápida.

O problema é que ela não será nem um pouco barata: a SoftWheel será vendida a partir do fim do ano e custará algo em torno de US\$ 2.000. Pode parecer caro, mas é um pequeno preço a pagar para reduzir os machucados causados pela vibração das cadeiras de rodas.

## Carro adaptado: liberdade ao alcance das mãos

Fonte: Extra – 14/05/2014



Valéria decidiu dirigir após amputar a perna esquerda devido à uma doença rara Foto: Extra

A Constituição Brasileira reserva ao cidadão o direito de ir e vir. Contudo, muitas vezes, o destino acaba dando uma reviravolta e priva algumas pessoas dessa condição, seja por acidente ou alguma doença degenerativa. Seja como for, ter uma muleta ou uma cadeira de rodas como companhia não impede que a vida siga seu rumo. E isso inclui o carro da família. A vendedora Valéria Vieira é um exemplo. Viúva e mãe de três filhos, ela precisou amputar a perna esquerda aos 43 anos devido a uma síndrome rara. Apesar disso, ela insistiu que precisava dirigir.

“Comecei a dirigir há um ano. No começo, tive um pouco de dificuldade, por pouco não invadi uma padaria, mas agora estou totalmente adaptada e segura no trânsito. Essa liberdade de ir e vir foi uma grande conquista”, comentou Valéria.

Com a autoridade de quem já domina o veículo, a vendedora alerta os futuros motoristas de carros adaptados a partir da sua própria experiência:

“Como no carro os equipamentos são acionados com os membros superiores, é preciso se acostumar, por exemplo, a fazer curvas com apenas uma das mãos, além de ter habilidade para acionar, com precisão, todos os comandos relacionados à direção”, ensina Valéria, que aproveita para opinar sobre o que poderia melhorar na adaptação:



Todo o comando do carro está ao alcance das mãos Foto: Extra

“O banco do motorista poderia chegar mais para trás, para melhor acomodar as partes da cadeira e outros sensores de farol e limpador de parabrisa. Isso facilitaria bastante o uso dos comandos”.

Apesar dos esforços, engana-se quem acredita que a pessoa com deficiência encontra gentileza em cada esquina.

“Muitos motoristas são educados, outros parecem que estão em uma verdadeira disputa. Quando saio do carro, montando minha própria cadeira, recebo muito apoio e força das pessoas”, comentou Valéria.

Sobre as vagas destinadas as pessoas com deficiência, a vendedora afirma que a grande maioria dos motoristas segue não respeitando os locais reservados:

“Essa é uma batalha diária, seja no shopping, banco ou supermercado, mas sigo minha vida e não pretendo deixar de dirigir”.

Feliz pelo seu momento, Valéria deixa um recado para outras pessoas que possuem alguma lesão ou patologia que impeça de dirigir um carro sem as adaptações devidas.

“Nunca desista. Sempre há uma possibilidade e não há nada melhor do que a liberdade e devemos agarrar as oportunidades com unhas e dentes. E a direção é uma delas”, finaliza.

## Associação de deficientes visuais recebe visita de cães-guia

Cães são treinados por instrutores em formação do novo curso do IFC. Instituição realiza cadastro para pessoas interessadas em ganhar animal.

Fonte: G1 SC – Janine Lima – 19/05/2014



Com baixa visão, Iara brinca com cão-guia (Foto: Reprodução RBS TV)

O Instituto Federal Catarinense (IFC), em Camboriú, no Litoral Norte catarinense, realiza cadastro de pessoas com deficiência visual interessadas em adquirir um cão-guia. A inscrição pode ser feita pelo site da instituição ou através do e-mail [projetoaogaui@ifc-camboriu.edu.br](mailto:projetoaogaui@ifc-camboriu.edu.br).

Para esclarecer detalhes, uma palestra destinada a deficientes visuais foi realizada no Vale do Itajaí. O evento foi organizado em parceria entre a Associação de Cegos do Vale do Itajaí (Acevali) e o IFC, que possui um curso referência para formar treinadores destes animais. Dos 200 membros da Associação, nenhum possui cão-guia.

Os cães treinados ajudam os deficientes a enfrentar os obstáculos nas ruas. Estes animais acompanham o cego, inclusive, em ambientes fechados e podem memorizar trajetos feitos com frequência. Eles são entregues pela instituição de treinamento ao deficiente visual em forma de comodato.

Para conseguir um cão-guia, o deficiente visual deve ter mais de 18 anos e conseguir se locomover com autonomia. De acordo com a coordenadora do projeto Cão-Guia, do IFC, Márcia Santos de Souza, também é preciso que o perfil do cão se encaixe com o do dono. Os dois precisam ter o mesmo ritmo de caminhada e até personalidades parecidas.

Iara Ionen tem baixa visão e está na fila para receber um cão guia. “Estou contactando os dias” diz ela. “O cão-guia traz muito mais segurança que a bengala”.

## Nova unidade do projeto Rio Mova-se aumenta oferta de fisioterapia gratuita no Rio

Fonte: JusBrasil – 26/05/2014

Mais uma unidade do projeto Rio Mova-se foi inaugurada no Rio. Desta vez, no bairro Jardim América, na Zona Norte. O espaço fica na rua Jorge Lacerda, sem número, ao lado do prédio anexo à Escola Presidente Gronchi.

O projeto Rio Mova-se, da Secretaria de Assistência Social, oferece serviço gratuito de fisioterapia à população. As unidades contam com equipamentos e profissionais que auxiliam na inclusão social, na habilitação e na reabilitação de pessoas com deficiência.

A nova unidade do Jardim América tem capacidade para realizar três mil atendimentos por mês, duas salas de fisioterapia e uma de fonoaudiologia. Seis equipes atendem ao público de segunda a sábado, de 8h às 17h. Para se inscrever, é necessário apresentar o encaminhamento do médico. Com a inauguração do Rio Mova-se no Jardim América, o Rio conta, agora, com três unidades: a primeira a ser inaugurada foi em Irajá e a segunda, no Shopping Via Brasil, também na Zona Norte. Nestas unidades, fisioterapeutas e assistentes sociais traçam o perfil do paciente e definem um cronograma de tratamento.

- Estávamos buscando uma solução para a resolver a necessidade de serviços públicos como este nas áreas mais carentes do Rio. Ajudamos a recuperar a qualidade de vida de idosos e de pessoas que não conseguiam mais se locomover - afirmou o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, João Carlos Mariano.

Os pacientes contam ainda com transporte gratuito para ir à fisioterapia e voltar para casa.

- Os grandes centros de referência de tratamento deste tipo no Rio ficam em locais distantes da periferia. Com o projeto, a pessoa sai de casa com mais conforto e não se estressa para pegar a condução. Assim, rende no tratamento - explicou o superintendente da Pessoa com Deficiência da secretaria, Fabinho Fernandes, que usa cadeira de rodas há 15 anos.

A dona de casa Edi Ribeiro, de 81 anos, ficou sem andar por oito meses, após uma queda em casa. Ela sofreu uma grave fratura no fêmur. Com a ajuda da equipe do Rio Mova-se do Shopping Via Brasil, em Irajá, ela recuperou os movimentos.

- Achava que não andaria mais. Depois da décima sessão me senti forte para andar de novo. Emprestei minha cadeira para uma amiga que sofreu o mesmo acidente disse.

As sessões de Dona Edi acontecem duas vezes na semana e um carro do projeto auxilia no transporte da paciente.

A previsão é de que Guadalupe ganhe um posto no dia 31 de maio. Mais dois pontos serão abertos em breve: no bairro de Santíssimo, em Campo Grande, e em São Gonçalo, na Região Metropolitana.

## Acessibilidade nas praias em parceria da prefeitura com o estado

Edital de licitação do projeto 'Praia Sem Barreiras' será lançado no dia 25 na sede da Emusa. Objetivo garantir o acesso do portador de necessidade especial às praias da cidade.

Fonte: O Fluminense – Milena Bouças – 30/05/2014

Niterói está mais perto de ter maior acessibilidade para pessoas com deficiência. Uma nova etapa está prestes a ser concluída. No dia 25, às 11h, na sede da Emusa, no Centro da cidade, será lançado o edital de licitação para a implantação do projeto Praia Sem Barreiras. A medida faz parte do Plano Municipal de Acessibilidade e tem como objetivo garantir o acesso do portador de necessidade especial às praias da cidade. A primeira a ser contemplada será a Praia de Icaraí, em um ponto próximo à Rua Miguel de Frias.

Inicialmente, o projeto – que será feito entre uma parceria da Prefeitura de Niterói com o Governo Federal –, será realizado em duas etapas, sendo a primeira caracterizada por obras de adaptação e a segunda pela preparação do local e aquisição de cadeiras especiais, barracas, esteiras e demais materiais. O projeto está orçado inicialmente em R\$ 226 mil.

A coordenadora de Acessibilidade de Niterói, Carmem Fogaça, disse que serão muitas as possibilidades que o projeto irá fornecer às pessoas com deficiência.

“É uma alegria muito grande saber que esse projeto vai sair do papel. Esse projeto dará mais acessibilidade para o deficiente chegar ao mar, àqueles que têm dificuldade para chegar na areia. Será instalada uma esteira que irá até perto da água, ou seja, uma oportunidade que até então o deficiente não tinha”, enumera.

Para participar do projeto é necessário realizar uma inscrição na Prefeitura de Niterói, suas autarquias, fundações ou qualquer de seus órgãos da administração indireta ou preencher todas as condições para cadastramento até o terceiro dia anterior ao recebimento da proposta.

Além da Praia de Icaraí, que será beneficiada inicialmente, há previsão de outras praias também receberem a implantação do projeto, como as praias de Itacoatiara, Itaipu e Piratininga.

“Nós estenderemos o projeto para as outras praias da cidade. Elas também receberão o projeto. Queremos dar a oportunidade para que todos tenham a possibilidade de desfrutar de um banho de mar”, afirmou Carmem.

Expectativa – A portadora de deficiência Valéria Vieira, de 46 anos, que faz parte da Associação Niteroiense de Deficientes Físicos (Andef) também comemorou.

“Nós precisamos de projetos assim na cidade. As nossas maiores barreiras são a onda e a areia. Ver projetos como esse nos estimula. É uma angústia muito grande não podermos ter acesso ao mar. Quando o projeto for finalizado, certamente serei a primeira a estar lá, comprarei o meu biquini e darei um mergulho que eu já espero há tanto tempo”, vibrou.

# //NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

## Justiça determina restabelecimento de amparo social a segurado com deficiência

Beneficiário portador de surdez e problemas mentais terá direito a receber o valor das parcelas não pagas.

Fonte: TRF 1ª Região – 07/05/2014

O TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1.ª Região) concedeu a um morador da Bahia o restabelecimento do benefício de amparo social destinado a pessoas com deficiência. A decisão, contrária ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), confirma entendimento adotado em primeira instância pela Vara Federal de Itabuna (BA).

De acordo com os autos, o beneficiário é acometido de surdez, tem dificuldade para falar e apresenta sinais de distúrbios mentais. Por isso, ele passou a receber o amparo assistencial a partir de 1997, mas teve o benefício suspenso em 2003. Somente em 2005, após novo pedido da família, o INSS voltou a assistir o segurado.

Na ação protocolada em 2006, o juiz de primeiro grau determinou o pagamento dos valores referentes ao intervalo entre 2003 e 2005 e a manutenção definitiva do benefício. O processo, então, chegou ao TRF em forma de remessa oficial – situação jurídica em que o processo “sobe” automaticamente à instância superior para nova apreciação quando a Fazenda Pública, no caso a União, é parte vencida.

### Voto

Ao analisar o caso, o relator no TRF, juiz federal convocado Cleberson José Rocha, manteve a sentença e destacou que a decisão objetiva resguardar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. O artigo 203 da Constituição Federal e a Loas (Lei de Organização da Assistência Social nº8.742/93) preveem a prestação de assistência social a pessoas com deficiência física e a idosos impossibilitados de proverem sua própria subsistência, ou de tê-la suprida pela família.

O artigo 20 da Lei 8.742/93 condiciona o pagamento do benefício à comprovação de que a renda de cada membro da família – a chamada renda familiar per capita – é inferior a ¼ do salário mínimo. Como o valor é considerado muito baixo, o magistrado ponderou que leis mais recentes e julgamentos de tribunais superiores, entre eles o Supremo Tribunal Federal (STF), têm reconhecido outras formas de aferir a miserabilidade para a concessão de benefícios.

O relator citou, como exemplo de normas com “critérios mais elásticos”, as leis que instituíram o Bolsa Família, o Bolsa Escola e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação: todas com previsão de renda per capita acima de ¼ do salário mínimo. “O requisito financeiro estabelecido pela Lei n.º 8.742/93 (...) permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial”, conforme decisão do Supremo citada pelo relator.

“A vulnerabilidade social deve ser aferida pelo julgador na análise do caso concreto, de modo que o critério objetivo fixado em lei deve ser considerado como um norte, podendo o julgador considerar outros fatores que viabilizem a constatação da hipossuficiência”, ratificou o juiz federal Cleberson José Rocha.

Com a decisão, acompanhada unanimemente pelos outros dois magistrados que compõem a 2.ª Turma do Tribunal, o beneficiário terá direito a receber o valor das parcelas não pagas pelo INSS. “Não é razoável supor que no lapso temporal entre a cessação (março/2003) e concessão do segundo benefício assistencial ao deficiente (maio/2005) o autor tivesse recuperado suas condições laborativas”, asseverou. As parcelas atrasadas deverão ser acrescidas de correção monetária e juros moratórios conforme o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal.

## Ministério Público do Rio quer mais vagas para pessoas com deficiência

Fonte: Jornal do Commercio – 29/05/2014

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro entrou com ação civil pública para garantir maior espaço nos estacionamentos da cidade para os portadores de deficiência. A 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Comarca da Capital pede ao município e à Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio), que se reserve, no mínimo, um espaço em locais onde o estacionamento tenha até 50 vagas. O Ministério Público estipulou prazo de 90 dias para que a medida seja adotada, caso contrário haverá multa diária equivalente a R\$ 2 mil.

De acordo com o Ministério Público, pesquisa feita em janeiro deste ano, mostrou que, nos estacionamentos de ruas da cidade e em pátios de órgãos públicos municipais, as vagas para pessoas com deficiência representam apenas 1,4% do total. O percentual está abaixo dos 2% determinados pela Lei Municipal nº 2.328/1995.

Em inquérito civil aberto em 2002, que provocou a ação civil pública, o Ministério Público do Rio de Janeiro comprovou que, das mais de 25 mil vagas disponíveis no município, apenas 232 eram reservadas a pessoas com deficiência. Dois anos depois, havia 36.910 vagas, mas, além de não estarem disponíveis em todos os bairros da cidade, apenas 378 eram reservadas a essas pessoas. (Agência Brasil)

identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

O texto diz também que os estabelecimentos deverão adaptar-se para o acesso da pessoa com deficiência, instalando rampas ou elevadores, cujas portas tenham largura que comporte a passagem de cadeiras de rodas, e aparelhos sanitários apropriados. “Essas pessoas desejam estar nesses ambientes, mesmo tendo dificuldade de mobilidade, pois, assim, convivem em sociedade sem tantos obstáculos. Desta maneira, as gestantes, os idosos e os deficientes não terão mais que esperar até que surjam vagas”, diz o deputado.

# //NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

## Projeto facilita compra de ingressos pela internet para deficientes

Fonte: ALERJ – 27/05/2014

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou nesta terça-feira (27/05), em discussão única, o projeto de lei 2.863/14, do deputado Comte Bittencourt (PPS). O texto votado diz que sites que comercializam ingressos pela internet para shows, espetáculos, peças teatrais, cinemas e outras atividades recreativas e culturais não poderão impor limitações na venda online de ingressos à pessoa com deficiência. Pela proposta, a comprovação da deficiência só poderá ser exigida no momento do acesso aos locais das atividades.

“Pessoas com deficiência sofrem limitações quando buscam efetuar, via online, a compra de ingressos para atividades culturais. Em inúmeras situações, elas só conseguem através de telefone indicado no próprio site, o que sem sombra de dúvida viola o seu direito de ser tratado da mesma forma que os demais cidadãos. Não há justificativa válida para isso. Trata-se de comportamento discriminatório que deve ser combatido pelo poder público”, diz o deputado. O projeto segue agora para o governador Luiz Fernando Pezão, que terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar o texto.

## Estabelecimentos deverão reservar 5% de mesas para deficientes

Fonte: ALERJ – 29/05/2014

Shoppings e restaurantes, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 5% de seus lugares para uso exclusivo de idosos, gestantes e pessoa com deficiência. Este é o teor do projeto de lei 776/11, que a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira (29/05), em primeira discussão. Segundo o texto votado, do deputado Luiz Martins (PDT), os lugares reservados deverão ser